

**FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA ELETROSUL****RELATÓRIO PRIMEIRO SEMESTRE 2019**

A Frente Parlamentar em Defesa da Eletrosul surgiu em razão da eminente possibilidade da perda desta que é a sexta maior empresa de Santa Catarina. No dia 25 de março a deputada Luciane Carminatti recebeu em seu gabinete um grupo de trabalhadores preocupados com o movimento de incorporação da Eletrosul pela companhia gaúcha CGTE, que já estava em ritmo avançado:



A partir desta data, unir esforços para reverter esse processo passou a ser um dos principais compromissos do mandato da deputada Luciane Carminatti. Após o encontro e a consequente explanação dos servidores acerca da situação da empresa pública, em 02 de abril ocorreu a primeira fala em tribuna, com o alerta de que “SC pode perder a 6ª maior empresa do Estado. Eletrosul está prestes a ser incorporada por companhia gaúcha”¹.

Nesta situação, em **2 de abril foi constituída a Frente Parlamentar em Defesa da Eletrosul**, com 12 assinaturas, de forma suprapartidária. A composição da frente, além da

¹ Disponível em: <http://agenciaal.ale.sc.gov.br/index.php/gabinetes_single/em-defesa-da-eletrosul>.



coordenadora deputada Luciane Carminatti (PT), conta com os(as) seguintes deputados(as): Jessé Lopes (PSL), Coronel Mocellin (PSL), Marlene Fengler (PSD), Neodi Saretta (PT), Marcius Machado (PR), Fabiano da Luz (PT), Fernando Krelling (MDB) e Valdir Cobalchini (MDB).

Após a constituição da frente, em 03 de abril a deputada Luciane Carminatti reafirmou na tribuna a importância da Eletrosul para o estado de Santa Catarina e a informou sobre a criação da Frente Parlamentar²:



Discurso em Plenário em 02-04-2019



Discurso em Plenário em 03-04-2019

Em 10 de abril ocorreu o lançamento oficial da Frente Parlamentar em Defesa da Eletrosul, no Plenarinho da ALESC³:



² Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/parlamentares-articulam-permanencia-da-eletrosul-em-sc>.

³ Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/lancada-frente-parlamentar-em-defesa-da-eletrosul-em-santa-catarina>.



Do evento de lançamento da frente parlamentar surgiram três principais encaminhamentos: 1. cobrança por posicionamento da Bancada Federal Catarinense; 2. abertura de diálogo com o MPF e o MPT sobre o tema e, 3. busca de novas informações e a ampliação do debate com a sociedade.

A série de iniciativas contemplou, entre outros, a realização de uma audiência pública com o Fórum Parlamentar Catarinense, prevista para maio. A ocasião fez a direção da Eletrosul dar explicações públicas pela primeira vez sobre a decisão de extinguir a empresa e transferir todo o seu patrimônio para o Rio Grande do Sul. Um dos principais resultados foi o compromisso de intervir junto ao governo Bolsonaro, assumido pelos parlamentares de Brasília.

Em 13 de maio ocorreu a realização de audiência pública com parlamentares de Brasília e o presidente da Eletrosul para discutir a incorporação⁴:



Desta audiência ocorreram os seguintes encaminhamentos: reunião com o governador de Santa Catarina, reunião com o presidente da República e abertura dos documentos oficiais.

⁴ Disponível em: < http://agenciaal.ale.sc.gov.br/index.php/noticia_single/audiencia-publica-debate-futuro-da-eletrosul>.



Como resultado da audiência e da mobilização da frente parlamentar, em 13 de maio o governador Moisés assina carta compromisso em defesa da Eletrosul⁵ e se compromete a intervir na situação.

Posteriormente, em 15 de maio, ocorreu reunião da bancada catarinense com o ministro Onyx Lorenzoni para pressionar a realização de reunião com o presidente Bolsonaro.

Em virtude da ausência de explicações pela diretoria da Eletrosul, a deputada Luciane Carminatti permaneceu, juntamente com a frente parlamentar, em constante mobilização:

Capa NSC Total » Estela Benetti

ENERGIA ELÉTRICA

Eletrosul perde prazo para dar explicações sobre incorporação à CGTEE

Por Estela Benetti

22/05/2019 - 06h15 - Atualizada em: 22/05/2019 - 07h42

O prazo que o Ministério Público deu à Eletrosul para ela dar explicações sobre a incorporação da companhia por uma subsidiária da Eletrobras, a CGTEE, do RS, não foi cumprido, alerta a deputada Luciane Carminatti.

Até o final desta semana, o procurador Marcelo da Mota vai definir se entrará com medida cautelar para resgatar a legalidade do processo. Sindicatos e lideranças políticas de SC cobram a suspensão do plano de incorporação da Eletrosul à CGTEE.

Leia também: Sindicatos vão à Justiça para impedir incorporação da Eletrosul pela CGTEE

:: Eletrobras confirma fusão da Eletrosul com a CGTEE

Nesta situação, em 26 de maio ocorreu reunião da deputada Luciane Carminatti com o Ministério Público Federal com cobrança sobre a abertura destes documentos, e durante todo o mês de junho intensificaram-se as mobilizações em favor da permanência da Eletrosul no estado de Santa Catarina, por meio de diálogos e ações da frente parlamentar, movimento sindical e sociedade organizada.

⁵ Disponível em: <<https://www.nsctotal.com.br/colunistas/upiara-boschi/classe-politica-de-sc-vai-cobrar-de-bolsonaro-a-manutencao-da-eletrosul>>.



Em virtude de toda a mobilização e enfrentamento realizado contra a incorporação, em 27 de junho a Eletrobrás emite comunicado de “Fato Relevante” anunciando que a sede da Eletrosul permanecerá em Santa Catarina:



FATO RELEVANTE

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A
CNPJ: 00.001.180/0001-26 | NIRE: 533.0000085-9
COMPANHIA ABERTA

Centrais Elétricas Brasileiras S/A (“Companhia” ou “Eletrobras”) (B3: ELET3, ELET5 & ELET6; NYSE:EBR & EBR.B; LATIBEX: XELT.O & XELT.B) informa aos seus acionistas e ao mercado em geral, em complemento aos Fatos Relevantes de 29 de setembro de 2017 e de 27 de dezembro de 2018, que o Conselho de Administração da Eletrobras aprovou, nesta data, o Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação visando a reestruturação societária entre as subsidiárias Eletrosul Centrais Elétricas (“Eletrosul”) e Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (“CGTEE”), visando obtenção de sinergia operacional, tributária, econômico-financeira e societária.

A empresa resultante da citada reestruturação será chamada de Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil (“Eletrobras CGT Eletrosul”) e terá sede em Florianópolis, Santa Catarina.

A operação depende da aprovação de Assembleias Gerais Extraordinárias (“AGE’s”) das respectivas empresas bem como de anuência dos órgãos reguladores e da Sest – Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais.

A operação citada acima está alinhada à Diretriz Estratégica “Excelência Operacional” do Plano Diretor de Negócios e Gestão da Eletrobras (“PDNG 2019-2023”).

A Eletrobras manterá o mercado informado acerca do assunto de que trata o presente Fato Relevante.

Rio de Janeiro, 27 de junho de 2019

Elvira Cavalcanti Presta
Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Esta situação garante os empregos dos(as) catarinenses, os impostos ao estado e a atividade econômica da sexta maior empresa de Santa Catarina.

A conclusão dos trabalhos da Frente Parlamentar em Defesa da Eletrosul é muito positiva, pois garantiu a permanência da empresa no estado de Santa Catarina, e demonstrou que a mobilização parlamentar, como organização política suprapartidária e com envolvimento da sociedade, é possível e benéfica para o crescimento e desenvolvimento do estado de Santa Catarina, em favor de todos(as) catarinenses.

Deputada Estadual Luciane Carminatti
Coordenadora da Frente Parlamentar em Defesa da Eletrosul